

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**OS IMPACTOS DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS**

MARILAINÉ BRAUNER

Porto Alegre

2010

OS IMPACTOS DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS

RESUMO: Este trabalho avalia os possíveis impactos provocados no desenvolvimento econômico e social do município de Dezesseis de Novembro/RS pela alteração na distribuição de receitas de royalties de petróleo a partir de novas regras provocadas através de um dos quatro projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, bem como pela descoberta de novos poços, inclusive na camada do pré-sal, que aumentarão significativamente a produtividade e a lucratividade da exploração de petróleo. A metodologia de pesquisa aplicada é do tipo experimental e de material documental em conjunto com um estudo de caso. analisando cada projeto e a situação das finanças municipais, concluindo que todos os projetos apresentam perspectivas interessantes para o desenvolvimento econômico e social do município, através da ampliação dos recursos para a saúde e educação , com destaque para o Projeto de lei da Câmara 16/10.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, royalties de petróleo.

1- INTRODUÇÃO

Royalties de petróleo são uma compensação financeira devida ao estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro e são distribuídos aos estados, municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério das Ciências e Tecnologia e ao fundo especial administrado pelo ministério da Fazenda, que repassa aos estados e municípios de acordo com os critérios definidos em legislação específica.

Em 2008, houve a descoberta de petróleo com potencial exploratório na região denominada pré-sal. Então, surgiram projetos de lei prevendo novas formas de distribuição da receita de royalties, com maior participação das regiões não produtoras. Então, iniciaram os debates sobre a melhor forma de distribuição dessa receita adicional, originando quatro projetos de lei, todos em tramitação no Congresso Nacional, gerando expectativa de incremento de receita nas regiões que não produzem petróleo e apreensão nas regiões produtoras.

2 – PROBLEMÁTICA

Quais resultados poderão ser proporcionados ao desenvolvimento econômico e social da cidade de Dezesseis de Novembro/RS com a alteração da legislação sobre a incidência de royalties de petróleo, provocada pela descoberta de petróleo na região do pré-sal? Qual dos quatro projetos tem um potencial transformador mais significativo?

3 – OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

Este trabalho tem como objetivo verificar o desenvolvimento que poderá ser desencadeado com a ampliação de recursos provenientes da alteração na legislação dos royalties do petróleo, provocada por um dos quatro projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, no município de Dezesseis de novembro/RS, seja através dos serviços de saúde prestados à população, promovendo qualidade de vida, pois os investimentos sequenciais programados na saúde permitem direcionar esforços na prevenção em saúde pública, reduzindo custos e obtendo resultados mais satisfatórios, seja investindo em educação, gerando mão-de-obra qualificada e atraindo investimentos para o município. Com a melhor qualificação profissional, as empresas terão condições de fixarem seus estabelecimentos em locais mais próximos das fontes de matéria-prima

e usarão mão-de-obra local, formando um sistema de retroalimentação, no qual a renda gerada é utilizada no próprio município, alavancando o desenvolvimento de toda a região.

4 – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia de pesquisa aplicada é do tipo experimental e de material documental em conjunto com um estudo de caso. Nesse aspecto, será verificada a documentação publicada junto aos órgãos de transparência pública referente às finanças municipais, fazendo estimativas e projeções para o próprio município. Será analisado cada um dos projetos de lei separadamente, para num momento posterior compará-los e verificar os impactos resultantes de cada um deles.

Para Da Silva e Menezes (apud Gil, 1991) a pesquisa experimental determina um objeto de estudo, seleciona as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, define as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Segundo Beuren et al. (2010, p. 89), a pesquisa documental é importante por possibilitar que se organizem informações dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Nesse sentido será compilada uma série de dados, incluindo legislação esparsa, projetos de lei e informações específicas do setor petrolífero para se concluir os reflexos iminentes de tais mudanças.

Já o estudo de caso, para Da Silva e Menezes (apud Gil, 1991), envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

A metodologia seguida tem como base o orçamento dos cinco últimos anos, verificando os percentuais gastos em cada item, tais como educação e saúde projetando médias e calculando o incremento de receita proporcionado por cada um dos projetos, tanto para o caso de manutenção da proporção de despesas, como também verificando as possibilidades de modificação nesse conjunto de despesas para melhor atender demandas específicas do município, observando os limites estabelecidos em lei.

5 – A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL

A produção de petróleo no Brasil está em expansão, movida pela demanda nacional crescente, pela excelente produtividade dos poços de petróleo nacionais e pelos avanços tecnológicos que juntos viabilizam uma excelente produtividade.

A necessidade de deslocamento rápido e eficiente, a baixa qualidade dos transportes públicos e a redução do preço dos automóveis, devido à competição mercadológica do setor automobilístico e à facilidade de crédito, tem aumentado significativamente o número de carros em circulação no país, aumentando, conseqüentemente a demanda por combustíveis.

Há uma tendência na fabricação de carros flex, que utilizam mais de um tipo de combustível, mas, muitas vezes, abastecer com gasolina apresenta melhor relação custo-benefício devido ao rendimento desse combustível em relação ao álcool. A produção de etanol, derivado de cana, concorre com a produção de açúcar para exportação e ainda fica sujeita à época de safra, tendo um preço variável durante o ano e uma demanda constante demasiadamente grande para a formação de estoques reguladores.

5.1 – O PRÉ-SAL

O anúncio da descoberta de poços de petróleo na área denominada pré-sal, em 2007, aumentou significativamente a expectativa de aumento de produção de petróleo no Brasil e à medida que os estudos avançam, essas expectativas tem se demonstrado reais ou até mais produtivas, gerando uma expectativa de crescimento bastante significativa na produção de petróleo.

Segundo o Plano Nacional de Energia, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia, os derivados de petróleo e o álcool representaram 95,7% do consumo no setor de transportes em 2004 e deverão representar 94,4% em 2030. E no setor agropecuário, a participação do óleo diesel deverá aumentar de 57% em 2004, para aproximadamente 70% em 2030, significando um aumento significativo de demanda, pois se estima que a população aumente até 2030, aumentando, conseqüentemente a demanda por energia. Ainda de acordo com o Plano Nacional de Energia, em 1970, 34,3% da oferta interna de energia era oriunda de petróleo e derivados, em 2000 esse percentual passou para 45,5% e em 2030 deverá ser de 31,5%, perdendo espaço para formas de abastecimento energético que sejam renováveis tais como derivados de cana de açúcar e gás natural.

5.2 - SITUAÇÃO ATUAL DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO

Atualmente, há cobrança de royalties sobre a produção de petróleo, numa alíquota definida entre 5% e 10% dependendo da produtividade/lucratividade estimada para cada poço de petróleo. A receita proveniente dos primeiros 5% é distribuída entre

os Estados e Municípios diretamente envolvidos na exploração de petróleo. A receita proveniente da alíquota entre 5% e 10%, quando em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres é distribuída para os Estados e Municípios confrontantes e para o Ministério das Minas e Energia, que recebe 25% dessa segunda parte.

Já quando o poço está localizado na plataforma continental, da receita resultante da alíquota entre e 5% e 10%, 7,5% formam um fundo a ser distribuído para todos os Estados e Municípios não contemplados de outra forma, segundo critérios do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios.

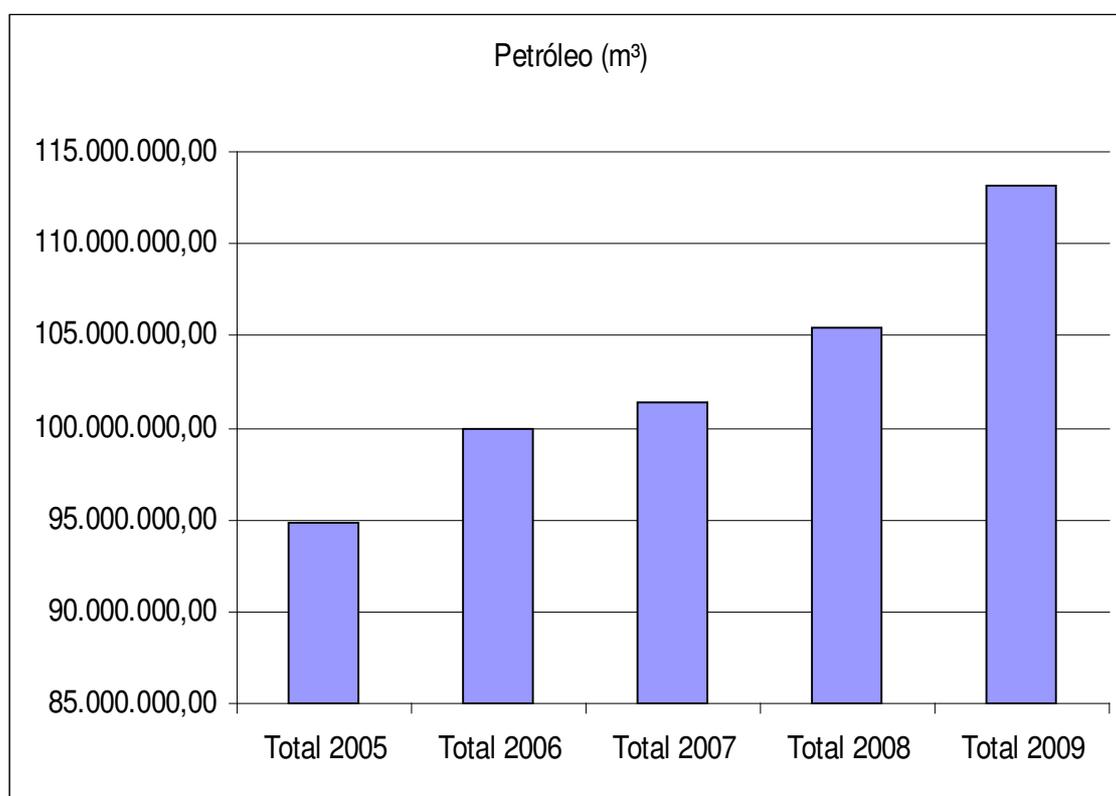


Gráfico 1. Fonte: ANP. Elaboração própria.

No Gráfico 1 podemos observar que de 2005 para 2009 houve um aumento gradual de produção que atingiu quase 20%, mesmo antes dos poços de petróleo localizados na área do pré-sal começarem a produzir.

Já o gráfico 2 demonstra que a produção de gás natural com menor variação, sem que isso reflita no pagamento de royalties, que leva em consideração o valor total. Embora a produção de gás natural apresente números absolutos maiores, tem menor valor comercial, devido à sua densidade.

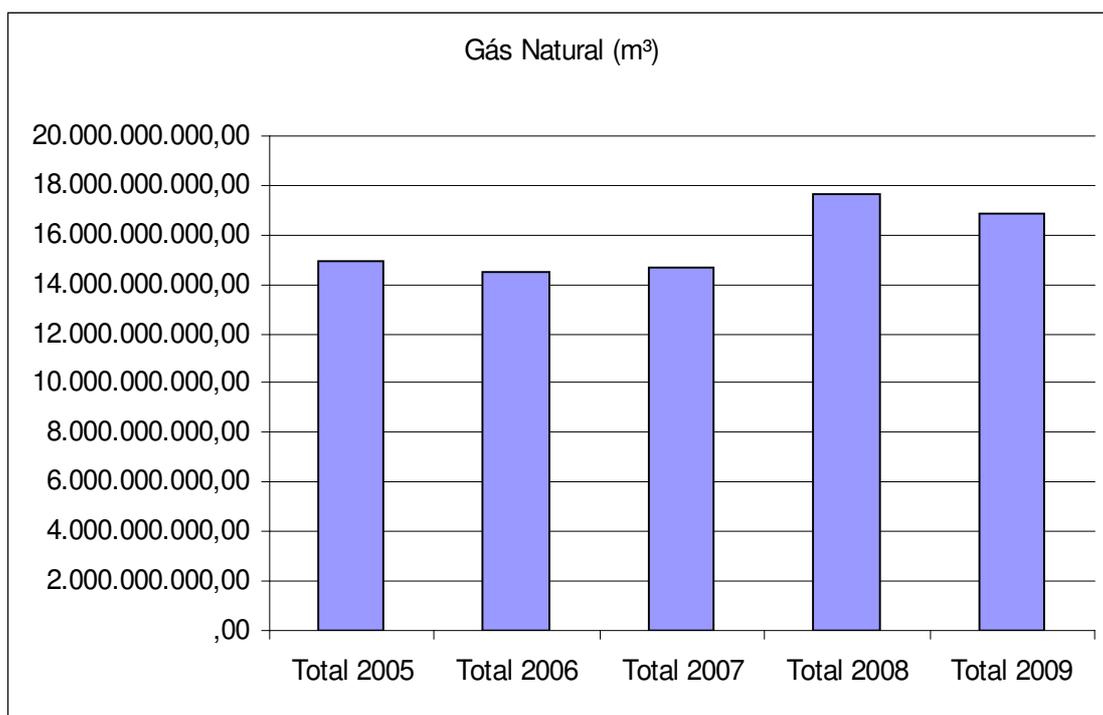


Gráfico 2: Fonte: ANP. Elaboração própria

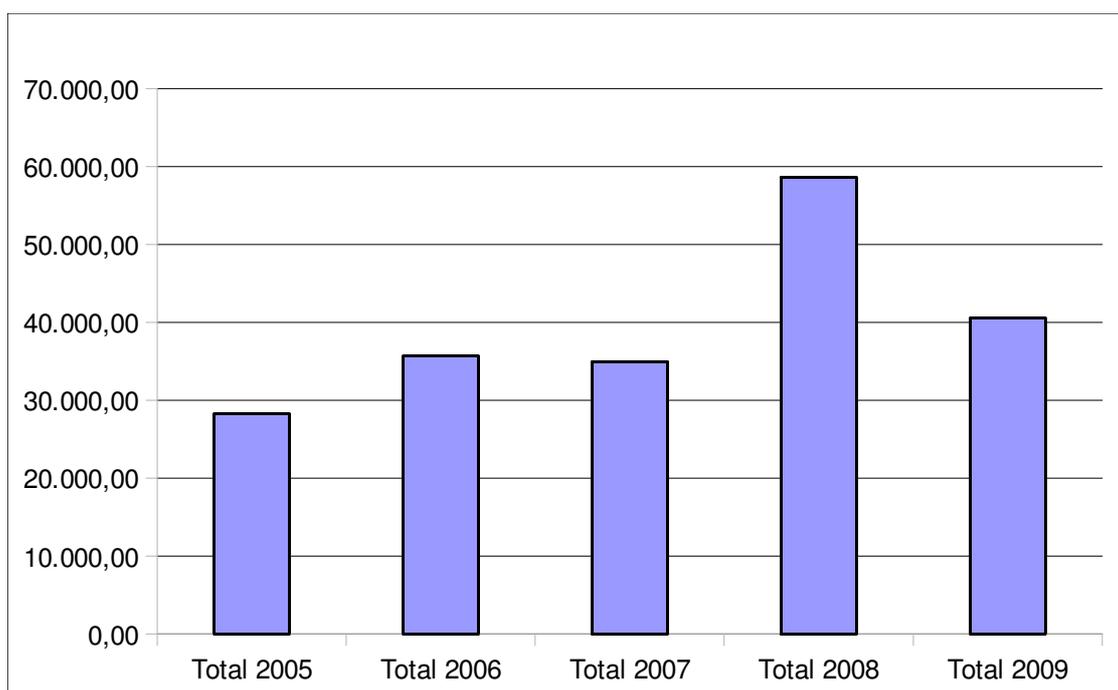


Gráfico 3: Fonte: TCU. Elaboração própria.

O gráfico 3 apresenta a variação nas receitas de royalties recebidos pelo município de Dezesseis de Novembro/RS. A distribuição das receitas de royalties para os municípios não é diretamente proporcionais à arrecadação total devido ao cálculo do

fundo de participação dos municípios, que leva em conta, inclusive, indicadores de desenvolvimento humano. Se por um lado, esse critério beneficia os municípios que investem no desenvolvimento econômico e social, por outro, reduz os repasses para os municípios que possuem poucos recursos para investir.

6 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS E AS PROPOSTAS DE ROYALTIES

Atualmente, há quatro projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, objetivando alterar a forma de distribuição dos royalties de petróleo, bem como incluir a área do pré-sal, não prevista na atual legislação, na base de cálculo de royalties, visto que deverá produzir uma quantidade bastante significativa de petróleo. Os Projetos são:

6.1 – PROJETO DE LEI DO SENADO 224/2008 (PLS 224/2008)

Prevê que nos campos de petróleo em terra ou em campos situados no mar em área anterior ao pré-sal a alíquota seja única de 10% e não mais entre 5% e 10% conforme a produtividade/lucratividade. Já em campos abaixo da camada do pré-sal a alíquota proposta é de 25%, dos quais 25% farão parte de um fundo especial a ser distribuído para todos os Estados e Municípios, ou seja, 6,25 % da receita bruta com royalties da área do pré-sal será destinada a esse fundo especial, aumentando significativamente a distribuição de royalties para todos os estados e municípios.

6.2 – PROJETO DE LEI DO SENADO 362/2008 (362/2008)

Altera a Lei 9.478/97, mantendo os 7,5% da receita proveniente da aplicação de alíquota entre 5% e 10% nos poços localizados na plataforma continental para o fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados e Municípios e regulamenta a área do pré-sal com 10% da receita derivada da aplicação de alíquota entre 5% e 10% para o FUNDEB (Fundo da Educação Básica) e 7,5% para o fundo especial.

6.3 – PROJETO DE LEI DO SENADO 256/2009 (PLS 256/2009)

Altera a Lei 9.478/97, contemplando a área do pré-sal, propondo que 70% da receita de royalties seja repassada para o Fundo de Participação do Estados e do Distrito Federal e os 30% restantes sejam distribuídos com as mesmas regras dos poços

localizados na plataforma continental, ou seja, 7,5% para todos os Estados e Municípios. Não altera as alíquotas para poços em terra ou na plataforma continental.

6.4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA 16/2010 (PLC 16/10)

É o projeto de lei que provoca alterações mais radicais, elevando a alíquota de royalties para 15% em todos os poços. Da receita proveniente de poços localizados em terras ou lagos, ilhas fluviais ou lacustres, 25% serão destinados ao Fundo de Participação dos Estados e 25% ao Fundo de Participação dos Municípios. Já quando os poços estiverem localizados na plataforma continental, essa alíquota sobe para 39%. Na área do pré-sal, a participação do Fundo de Participação dos Estados é de 22% e do Fundo de Participação dos Municípios é de 8,75%. de acordo com este projeto de lei, todos os municípios participam da distribuição de royalties incidentes sobre a produção de todos os poços de petróleo.

Prevê, ainda, a distribuição de receita em casos de participação especial, devida em campos que possuem produtividade/lucratividade acima da média e, em menor escala, nos bônus de assinatura, que são pagos no ato de concessão do direito de exploração do poço de petróleo.

7 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

7.1 – CONCEITO E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Conforme Souza (2009, p. 05), não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. [...] Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

Souza (2009, p. 13) afirma que o crescimento da renda per capita é fundamental para melhorar indicadores sociais. [...] A mortalidade infantil declina com o aumento dos níveis de educação feminina. Mães esclarecidas passam a amamentar os recém nascidos, a esterilizar a mamadeira e a aplicar soro caseiro, o que evita o surgimento de

muitas doenças. Porém, além da renda per capita, devem-se considerar indicadores que possam refletir melhorias sociais e econômicas, como alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e qualidade do meio ambiente. A distribuição direta de renda através de programas de saúde, educação e alimentação da população mais pobre é indispensável para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento.

Souza (2009, p. 19) afirma, ainda, que o setor de mercado interno, nos estágios iniciais de desenvolvimento, forma-se pelas atividades ligadas ao atendimento da população residente e ao fornecimento de insumos e serviços às pessoas vinculadas ao comércio externo, como alimentos, matérias-primas beneficiadas, embalagens, transportes, etc. No processo de desenvolvimento, o setor industrial urbano leva vantagens em seu relacionamento com o setor agrícola, através da extração do excedente gerado nesse último setor.

Souza (2008, p.21) complementa que o desenvolvimento necessita de crescimento econômico contínuo e de políticas públicas coerentes com a expansão das necessidades da população, além de melhorias sociais. O *crescimento* não conduz automaticamente à redução das desigualdades, nem à maior justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida e não ser o acúmulo de riquezas, que se concentra nas mãos de uma minoria. O *desenvolvimento*, por sua vez, além de se preocupar com a geração de riquezas, tem como objetivo melhorar sua distribuição e incrementar a qualidade de vida da população, além de considerar a qualidade ambiental do planeta.

7.2 – TEORIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO

Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno [...] O conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhoria do bem-estar local (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 57).

Segundo Schimitt (2010, p. 21 apud DOWBOR, 1996, p. 43), as ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público. Este deve

funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos. É importante trabalhar também com a cultura local para afirmar direitos. Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade. Onde a cidadania não é um conceito absorvido e vivenciado pela maioria da população, exige-se uma grande preocupação com a criação de uma cultura política democrática.

Para Baquero (2008, p.36), o desenvolvimento social necessita de uma base política social de longo prazo que garanta a inclusão, diminua as desigualdades sociais e produza equidade. Tal esforço implica em ter de mudar a prática política contemporânea que desloque a ênfase da dimensão meramente econômica para a área social. Falar em democracia orientada para o social significa inserir na pauta de discussões não só o tema do desenvolvimento tradicionalmente considerado um problema técnico, mas incorporar temas tais como coesão social, qualidade democrática, cultura política e integração para gerar um círculo virtuoso que produza estabilidade econômica e social, desenvolvimento, inclusão e democracia orientada para o social.

Vazquez Barquero (2001, p.15), afirma ainda, que a globalização é um processo vinculado ao território, não apenas porque envolve nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões sobre investimento e localização tomadas pelos atores econômicos, sendo também uma função de atração de cada território. Trata-se, portanto, de uma questão que condiciona a dinâmica econômica das cidades e regiões e que, por sua vez, é afetada pelo comportamento dos atores locais.

Com investimentos na qualificação da mão de obra dos habitantes locais, mesmo que através de parcerias eventuais, será possível alavancar o desenvolvimento do município, qualificando e retendo a mão de obra, começando com atividades mais simples, gerando emprego e renda, para num momento posterior desenvolver atividades que exigem maior qualificação.

A mão de obra a ser qualificada deve ser direcionada para atividades ligadas à infraestrutura e ao beneficiamento das matérias primas produzidas, evitando a venda in natura, por preços que mal superam os custos de produção e sem possibilidade de esperar preço mais favorável por se tratar, geralmente, de produtos perecíveis.

Outro aspecto a ser desenvolvido é a infraestrutura logística, pois apenas as estradas que ligam Dezesseis de Novembro a outros municípios são asfaltadas, todas as demais são de chão batido e um único candidato passou no concurso para a função de patroleiro. A primeira dificuldade para a qualificação para esta função está na obtenção da carteira de habilitação que exige o deslocamento até o Centro de Formação de Condutores mais próximo, na cidade de São Luiz Gonzaga, a 30km de distância, situação inviável em época de safra.

7.3 – BASE EXPORTADORA E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nas palavras de Souza:

Quando se tem a intenção de estudar uma região, um dos problemas fundamentais é compreender suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com o exterior. A teoria mais simples para explicar essas relações é a teoria da base econômica, que pretende estudar e avaliar os impactos dos fluxos de mercadorias e de serviços entre a região e o resto do mundo. Segundo a teoria da base econômica, a atividade total de uma região (ou de uma cidade) apresenta uma dicotomia bastante nítida, tendo-se, de um lado, as atividades básicas (de exportação) e as atividades locais (ou de mercado local). As atividades básicas independem do nível da renda interna e constituem o motor do crescimento regional, porque engendram um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que delas dependem. Os bens e serviços produzidos no setor básico são consumidos no exterior, dependendo, pois, do nível de renda do resto do mundo. (SOUZA, 2005, P.43)

O IBGE apresentou o seguinte levantamento sobre a base exportadora do município no ano de 2007: a agropecuária representou 43% do PIB e os serviços representaram 49%, enquanto os impostos sobre produtos líquidos de subsídios participaram com 2% e a indústria com apenas 6%, demonstrando o baixíssimo nível de industrialização do município.

Conforme censo agropecuário de 2006 realizado no município de Dezesseis de Novembro/RS, foram comercializados 1.559.000 litros de leite de vaca no ano, todos sem qualquer beneficiamento, sequer pasteurização, rendendo R\$580.000,00, com preço médio de R\$0,37 o litro. A possibilidade de vender o leite pasteurizado permitiria maior lucratividade, com a redução das perdas e aumento do valor comercial da produção, pois muitas vezes, as condições climáticas não permitem o acesso do caminhão através das estradas de terra para a coleta do leite nas propriedades.

São 781 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área média de 22,13 hectares cada. São propriedades pequenas, nas quais a agricultura de subsistência

predomina, com a utilização de apenas 75 tratores em todo o município, evidenciando o predomínio de técnicas artesanais.

Entre outros produtos, cana-de-açúcar, feijão, aipim, milho, soja e trigo são cultivados, com técnicas pouco aprimoradas e sujeitas à variação climática e à oscilação dos preços. Essa produção, ora é prejudicada pelo clima, ora tem seu preço diminuído pelo excesso de oferta, com sérias restrições de armazenagem e beneficiamento, que agregariam valor e possibilitariam esperar por preço mais favorável. Há, também, a produção de aves e ovos, vendidas sem qualquer beneficiamento.

8 – IMPACTOS DOS ACRÉSCIMOS DE RECEITAS DO PRÉ-SAL

As receitas de royalties aumentarão significativamente com o início da exploração de petróleo na área do pré-sal, embora seja impossível estimar em qual percentual, devido à incerteza sobre a velocidade de exploração e ao volume total de petróleo disponível. Na bacia de Tupy é estimado um volume entre 5 e 8 bilhões de barris, por exemplo,

Também há dúvidas sobre qual projeto de lei será aprovado e com quais alterações, pois todos estão em tramitação, mas até o menos impactante seria capaz de dobrar a receita de royalties disponibilizados para o município.

9 – DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E SUA SITUAÇÃO NA REGIÃO E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O município de Dezesseis de Novembro está situado na região noroeste do Rio Grande do Sul, na microrregião de Santo Ângelo, distante aproximadamente 525 km de Porto Alegre. Sua origem é o município de São Luiz Gonzaga, o terceiro dos sete povos das missões, e sua emancipação ocorreu no ano de 1989 com a perspectiva de concentrar esforços e investimentos para fomentar o seu desenvolvimento. É um município de pequeno porte com população decrescente, de acordo com a estimativa do IBGE, em 2005 eram 3097 habitantes e em 2009, 2923 habitantes, dos quais 1818 trabalham em estabelecimentos agropecuários, geralmente de caráter familiar.

O PIB per capita do Rio Grande do Sul, no ano de 2007, foi R\$ 15.813,00 , enquanto o PIB per capita do município foi de R\$ 8.286,00 no mesmo período, ou seja, apenas 52,39% da média estadual, ficando evidente a necessidade de investimentos que

fomentem o desenvolvimento da região e permitam que a população não precise se mudar em busca de melhores condições de vida.

Uma importante fonte de receita do município é referente à distribuição de royalties de petróleo, que é uma forma de compensação pela exploração dos recursos naturais. Atualmente, dos poços localizados na plataforma continental, os primeiros 5% são distribuídos na região próxima dos campos de produção, conforme lei 7.990/89, mas nos casos de poços mais produtivos, a alíquota pode chegar a 10%, e desse montante, 7,5% formam um fundo a ser distribuído para todos os estados e municípios do país.

10 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Quanto à educação, existe uma grande carência de recursos no município de Dezesesseis de Novembro. São apenas três docentes em duas escolas municipais na educação pré-escolar para 35 crianças matriculadas. No ensino fundamental, são cinco escolas estaduais e duas municipais, nas quais trabalham 53 docentes, sendo 34 docentes nas escolas estaduais e 19 nas municipais. Já no ensino médio, existe apenas uma escola, com uma equipe de 17 docentes. Não há ensino técnico ou profissionalizante no município, seja público ou privado.

Na saúde, a Prefeitura Municipal encontra dificuldades em contratar médicos, pois há um número pequeno de inscritos e os candidatos apresentam pouco preparo. No concurso de 2009, o primeiro colocado para o cargo de médico obteve apenas 56,15% da nota da prova e houveram apenas três candidatos, todos classificados. Há apenas um estabelecimento público municipal de saúde, sem leito para internação e sem equipamentos para realização de exames, com atendimento por médico clínico geral e odontólogo. Os demais casos, são resolvidos com “ambulancioterapia”, ou seja, o paciente é transportado de ambulância até uma unidade que tenha meios para o atendimento.

De uma forma geral, no concurso de 2009, houve uma densidade pequena de candidatos por vaga, com notas bastante baixas para os primeiros colocados, mesmo para cargos que exigem menor qualificação profissional, ou seja, menos tempo de estudo não significou maior número de candidatos, como é caso da vaga para eletricista, que teve quatorze inscritos e apenas dois classificados e da vaga para operador de máquinas rodoviárias, com dez inscritos e apenas um classificado, com nota de 70,95 numa escala de 0 a 100.

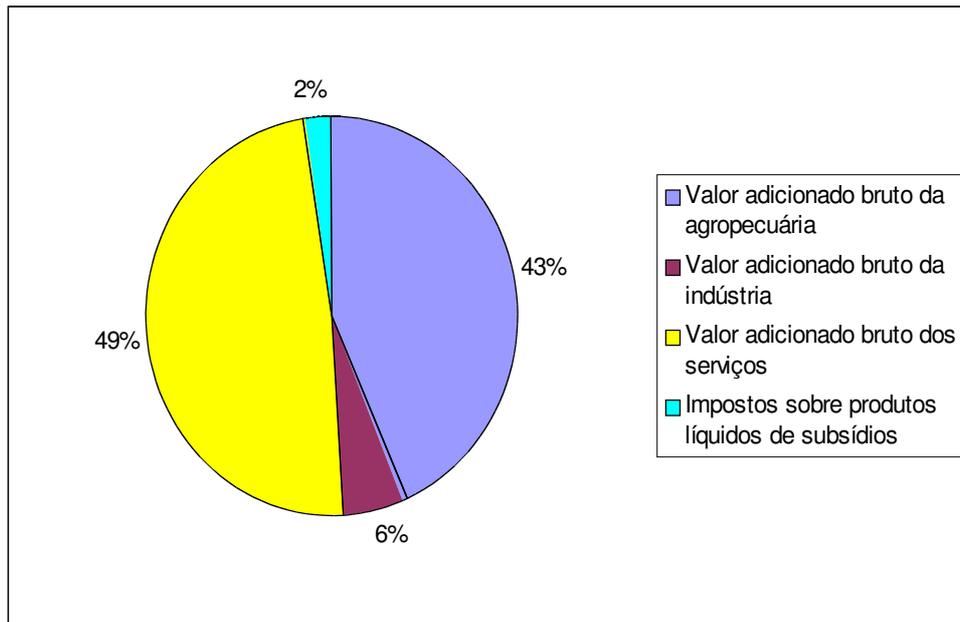


Gráfico 4: Fonte: IBGE, 2007. Elaboração própria

No gráfico 4, podemos verificar que a produção agropecuária é vendida quase que totalmente in natura, pois apenas 6% do produto interno bruto tem origem na indústria, enquanto 46% tem origem na produção agropecuária. O percentual de 49% do PIB é derivado dos serviços devido ao deslocamento da população, geralmente na adolescência, para morar com familiares, estudar e ingressar no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre. Boa parte da renda das famílias é oriunda de aposentadorias e do programa “bolsa família”, que não adicionam valor produtivo, são apenas um meio de subsistência da população.

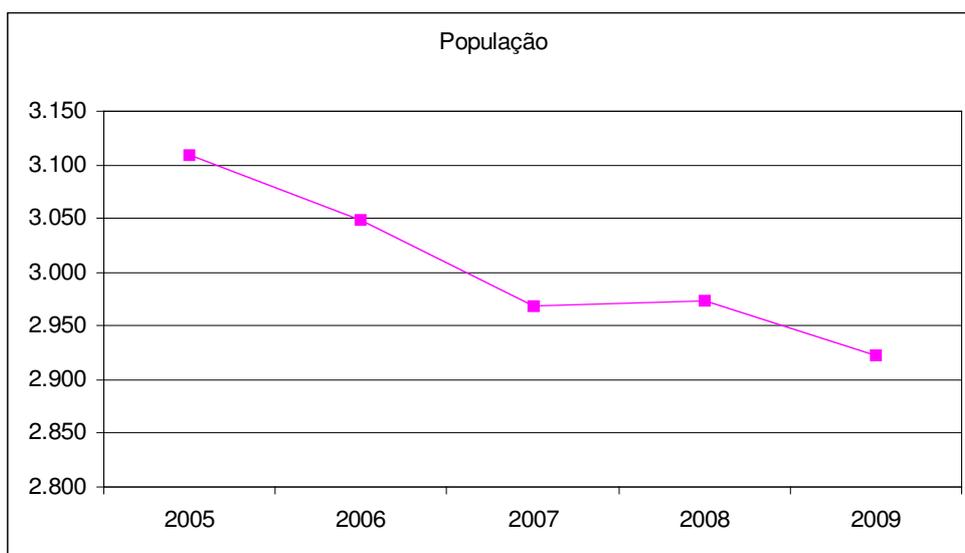
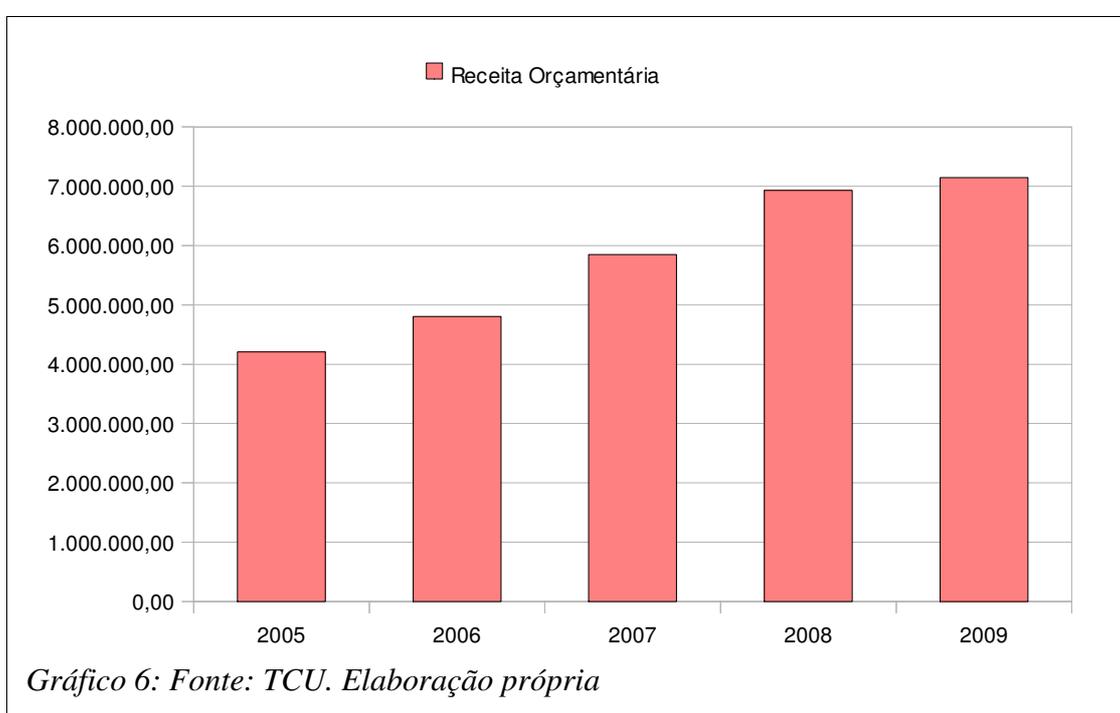


Gráfico 5: Fonte: IBGE. Elaboração própria

Analisando o gráfico 5, podemos observar que somente entre 2007 e 2008 não houve decréscimo populacional, período que coincide exatamente com a crise na indústria do calçado na Região Metropolitana de Porto Alegre, fato este, que aumentou significativamente os níveis de desemprego nos setores que exigem pouca especialização, como as fábricas de calçados.

II – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO, 2005/2009

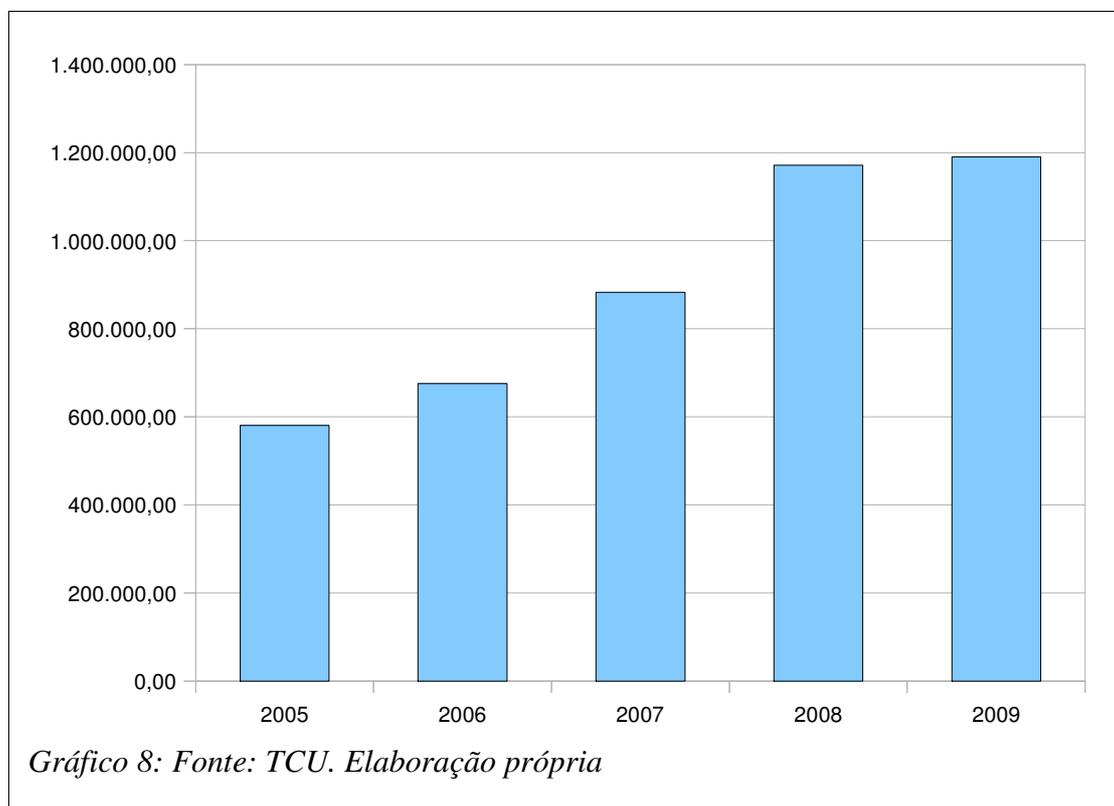
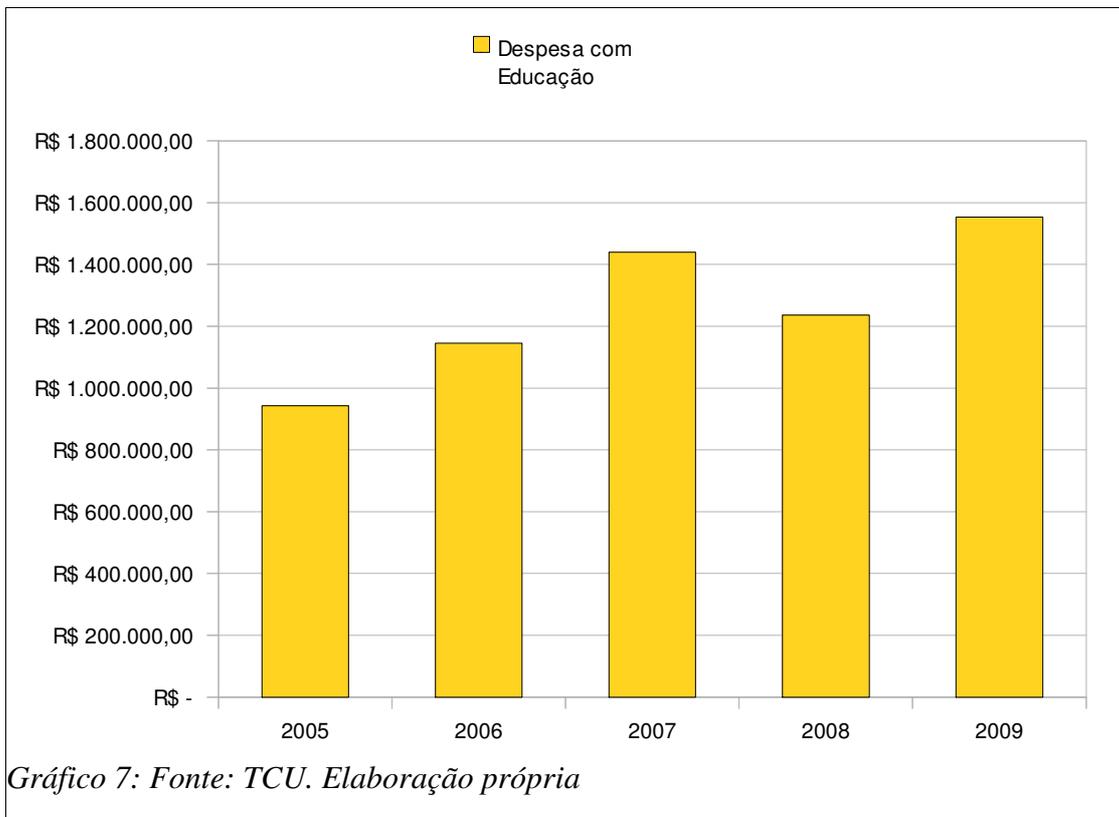
Os principais indicadores de Dezesseis de Novembro/RS tem apresentado o seguinte comportamento no período analisado



O aumento nas receitas orçamentárias, observado no gráfico 6, é oriundo basicamente de transferências governamentais federais e estaduais e de convênios, obtidos através da elaboração de projetos e do atingimento dos requisitos necessários para participação nas transferências e convênios. Dessa forma, o volume de recursos livres é insuficiente para investimentos em infraestrutura e o consequente desenvolvimento econômico e social.

Em 2008, houve uma queda nas despesas com educação, devido a decisões administrativas, aplicando percentuais acima dos limites impostos pela lei de

responsabilidade fiscal, mas direcionado as recitas para as funções administração, assistência social e previdência social.



As despesas com saúde apresentam uma participação crescente no orçamento municipal devido à precária estrutura e à necessidade de melhorias, representando 13,80% da receita orçamentária em 2005 e 16,66% em 2009, sem que isso represente melhorias dos serviços prestados no atendimento à população. O percentual obrigatório é de 15%, após a dedução de algumas receitas.

12 – SIMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS DO IMPACTO SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS

12.1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224/2008 (PLS 224/2008)

O aumento será bastante significativo na receita de royalties, caso este projeto de lei seja aprovado, pois a alíquota de 6,25% sobre o montante do petróleo explorado na camada pré-sal, somado ao montante já distribuído, conforme os critérios do fundo de participação dos municípios, aumentando em mais de 150% o volume de receitas recebidas.

12.2 – PROJETO DE LEI DO SENADO 362/2008 (PLS 362/2008)

Apenas regulamenta a incidência de royalties na camada do pré-sal, tomando como premissa que haverá um incremento de exploração de petróleo semelhante ao volume explorado na plataforma continental, podemos avaliar que dobrará a receita

12.3 – PROJETO DE LEI DO SENADO 256/2009 9 (PLS 256/2009)

Prevê que 30% dos royalties do pré-sal sejam distribuídos conforme as regras atuais da plataforma continental, ou seja, 7,5% para o fundo de participação dos municípios. Os outros 70% são destinados ao fundo de participação dos estados, podendo gerar muitos investimentos estaduais em infra-estrutura. Além disso, aumenta em 120% as receitas recebidas, aproximadamente.

12.4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA 16/2010 (PLC 16/10)

É o projeto de lei que provoca alterações mais impactantes, elevando a alíquota de royalties para 15% em todos os poços, independentemente da produtividade e da

lucratividade. Da receita proveniente de poços localizados em terras ou lagos, ilhas fluviais ou lacustres, 25% serão destinados ao Fundo de Participação dos Estados e 25% ao Fundo de Participação dos Municípios. Já quando os poços estiverem localizados na plataforma continental, essa alíquota sobe para 39%. Na área do pré-sal, a participação do Fundo de Participação dos Estados é de 22% e do Fundo de Participação dos Municípios é de 8,75%. De acordo com este projeto de lei, todos os municípios participam da distribuição de royalties incidentes sobre a produção de todos os poços de petróleo.

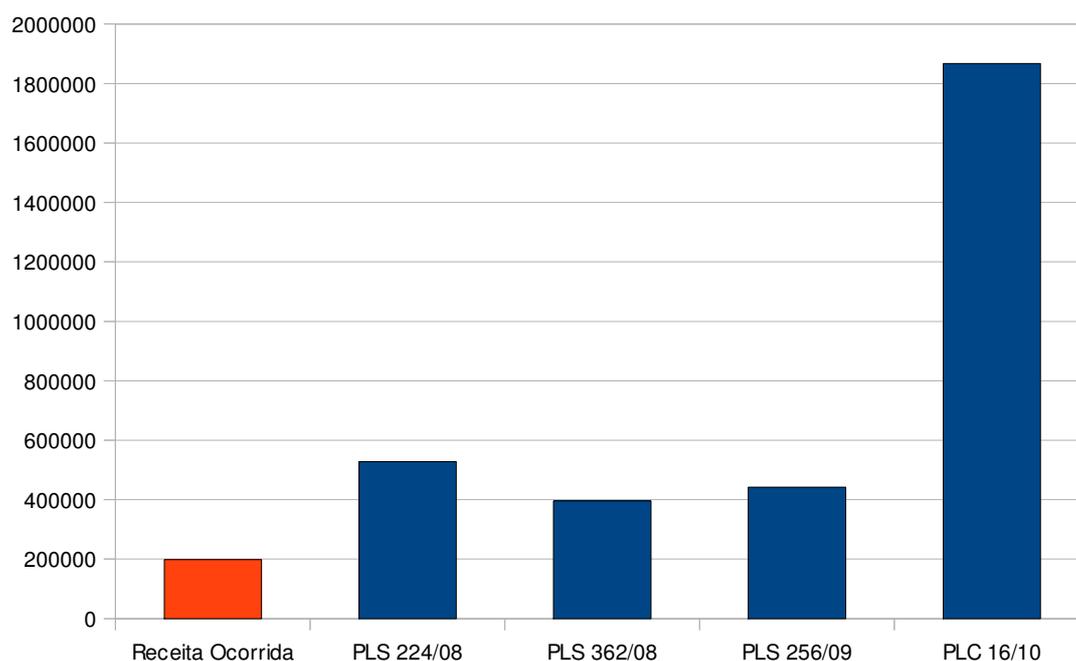


Gráfico 9. Elaboração própria

Podemos observar no gráfico acima, que o Projeto de Lei menos impactante é o PLS 362/08 e causa um incremento de receita de royalties de 100%, seguido pelo PLS 256/09 com 123,22% de aumento de receita de royalties e do PLS 224/08 com 166,67%. Já a aprovação do PLC 16/10 desencadearia um incremento de receita de royalties de 841,57%, capaz de provocar profundas e estruturantes alterações no desenvolvimento social e econômico de qualquer município com escassez de recursos, como é o caso de Dezesseis de Novembro/RS.

13 – CONCLUSÕES

Independentemente de qual projeto será aprovado, todos trarão oportunidades de crescimento para o município de Dezesseis de Novembro/RS, município do noroeste

gaúcho, que possui escassez de recursos, baixo nível de desenvolvimento e base exportadora pouco variada e rudimentar, como todos os outros municípios da região missioneira.

O aumento das receitas possibilitará melhorias na saúde, na educação e em investimentos estruturais para qualificar a mão-de-obra e melhorar a logística, mesmo que através de parcerias, gerando qualidade de vida para a população e possibilidades de desenvolvimento econômico e social endógeno, viabilizando a fixação no homem no campo e evitando o êxodo rural e o aumento das periferias urbanas.

O Projeto de Lei que representa maiores impactos é o PLC 16/10, capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social do município mais rapidamente e melhorar os índices de desenvolvimento humano e de qualidade de vida da população.

Esse desenvolvimento estruturado e planejado permitirá que os habitantes permaneçam em seu seu município, com perspectivas de futuro e livres do desemprego, do subemprego e das condições degradadas de vida presentes na periferia da região metropolitana de Porto Alegre e em outras cidades de grande porte, como acontece com certa frequência atualmente.

THE IMPACTS OF THE ROYALTIES OF OIL IN THE ECONOMICAL DEVELOPMENT FOR THE CITY OF DEZESSEIS DE NOVEMBRO / RS

ABSTRACT: This work values the possible impacts provoked in the economical and social development of the City of Dezesseis de Novembro/RS by the alteration in the distribution of receipts of royalties of oil from new rules provoked through one of four bills in through the procedure at the National Congress, as well as for the discovery of new wells, inclusive at the layer of the undersea reserves, which there will increase significantly the productivity and the profitability of the exploration of oil. The methodology of hard-working inquiry is of the experimental type and of documentary material together with a case study, it was analyzing each project and the situation of the municipal finances, in the ending that all the projects present interesting perspectives for the economical and social development of the city, through the enlargement of the resources for the health and education, with distinction for the Bill of the Chamber 16/10.

Keywords: economical development, royalties of oil.

14 - REFERÊNCIAS

Agenda 2009 2015 – Desafios estratégicos Setoriais: Segundo Desafio: “Marco regulatório do Pré-sal” resumo das audiências públicas. Brasília: Senado Federal, 2010, 72p

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=461>

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. Desenvolvimento Regional, democracia local e capital social. Ijuí: Ed, Unijuí, 2008.

CONCURSO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO/RS. Disponível em http://www.objetivas.com/concurso_new/detalhe.php?id=420

Da Silva, Edna Lúcia, Menezes, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação. 3ª edição. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância: 2001, 121p.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.). Desenvolvimento local. São Paulo: Polis, n.25, 1996.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: pib per capita a preços de mercado. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?serie=1999-2007

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.); LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; DE SOUZA, Marco Aurélio Batista; COLAUTO; Romauldo Douglas; PORTON, Rosimeri Alves De Bona. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3ª ed.. São Paulo: Atlas, 2010. p 76-96.

SCHMITT, Cíntia Porto. Desenvolvimento Regional Endógeno X Desenvolvimento Regional Exógeno – Estudo de Caso em Candelária – RS. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>

SENADO: Projeto estabelece critérios para distribuição dos royalties do petróleo na área do pré-sal. Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/verNoticia.aspx?codNoticia=100496&codAplicativo=2>

SOUZA, Nali de Jesus. Conceito e Aplicação da Teoria da Base Econômica. Disponível em: http://www.nalijsouza.web.br.com/teoria_base_rs.pdf

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. Economia básica. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, Romina B.L. O Desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento). UFRGS: PPGE, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Luciana Silva. A indústria moveleira de Boa Vista: estrutura e potencialidades. Dissertação (Mestrado em Economia). UFRGS:PPGE, Porto Alegre, 2009.

TABELA DE RANKINGS DE IDH-M disponível em
<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>

TESOURO NACIONAL: Estatística. Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_estados.asp

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: Transferências constitucionais e legais.
Disponível em:
http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias/fpe_fpm

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Sistema de informações para auditoria e prestação de contas. Disponível em:
http://www.tce.rs.gov.br/sistemas_controle/SIAPC/elenco_contas.php

VAZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.